



DECISÃO (PESC) 2024/418 DO CONSELHO

de 29 de janeiro de 2024

que altera a Decisão (PESC) 2020/1999 que impõe medidas restritivas contra violações e atropelos graves dos direitos humanos

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado da União Europeia, nomeadamente o artigo 29.º,

Tendo em conta a Decisão (PESC) 2020/1999 do Conselho, de 7 de dezembro de 2020, que impõe medidas restritivas contra violações e atropelos graves dos direitos humanos ⁽¹⁾, nomeadamente o artigo 5.º, n.º 1,

Tendo em conta a proposta do alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança,

Considerando o seguinte:

- (1) Em 7 de dezembro de 2020, o Conselho adotou a Decisão (PESC) 2020/1999.
- (2) Em 8 de dezembro de 2020, na declaração do alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, em nome da União Europeia, sobre o regime global de sanções da UE em matéria de direitos humanos, a União e os seus Estados-Membros reiteraram o seu forte empenhamento na promoção e proteção dos direitos humanos em todo o mundo. O regime global de sanções da UE em matéria de direitos humanos sublinha a determinação da União em reforçar o seu papel na luta contra as graves violações e atropelos dos direitos humanos em todo o mundo. Um dos objetivos estratégicos da União é fazer com que todos possam efetivamente usufruir dos direitos humanos. O respeito pela dignidade humana, pela liberdade, pela democracia, pela igualdade, pelo Estado de direito e pelos direitos humanos constitui um valor fundamental da União e da sua política externa e de segurança comum.
- (3) A União está preocupada com a contínua deterioração da situação dos direitos humanos na Rússia. A guerra de agressão injustificada e não provocada da Rússia contra a Ucrânia amplificou a repressão interna na Rússia, limitando drasticamente a liberdade de opinião e de expressão e a liberdade dos meios de comunicação social, e introduzindo a censura de guerra.
- (4) A União continua a condenar veementemente a forte expansão da legislação restritiva e da repressão sistemática exercida contra a sociedade civil e os defensores dos direitos humanos, bem como a repressão persistente de meios de comunicação social independentes, jornalistas, elementos da oposição política e outras vozes críticas.
- (5) A União condena veementemente a decisão politicamente motivada de um tribunal de Moscovo de condenar Vladimir Kara-Murza, político da oposição, ativista pela democracia e um crítico declarado do Kremlin, a 25 anos de prisão.
- (6) A União apela à Rússia para que liberte imediata e incondicionalmente todas as pessoas detidas por motivações políticas.
- (7) Neste contexto, deverão ser incluídas quatro pessoas e uma entidade na lista das pessoas singulares e coletivas, entidades e organismos sujeitos a medidas restritivas constante do anexo da Decisão (PESC) 2020/1999.
- (8) Por conseguinte, a Decisão (PESC) 2020/1999 deverá ser alterada em conformidade,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

O anexo da Decisão (PESC) 2020/1999 é alterado nos termos do anexo da presente decisão.

⁽¹⁾ JO L 410 I de 7.12.2020, p. 13.

Artigo 2.º

A presente decisão entra em vigor no dia da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Feito em Bruxelas, em 29 de janeiro de 2024.

Pelo Conselho

A Presidente

H. LAHBIB

O anexo da Decisão (PESC) 2020/1999 é alterado do seguinte modo:

1) À secção «A. Pessoas singulares», da lista das pessoas singulares e coletivas, entidades e organismos, são aditadas as seguintes entradas:

	Nomes (Transliteração para o alfabeto latino)	Nomes	Elementos de identificação	Motivos para a inclusão na lista	Data de inclusão na lista
«69.	Ekaterina Mikhailovna MIZULINA	Екатерина Михайловна МИЗУЛИНА (grafia russa)	Função(ões): Presidente da Liga da Internet Segura; membro da Câmara Cívica da Federação da Rússia Data de nascimento: 1.9.1984 Local de nascimento: Yaroslavl, República Socialista Federativa Soviética da Rússia (atualmente Federação da Rússia) Nacionalidade: russa Sexo: feminino Pessoas associadas: Elena Borisovna Mizulina; Konstantin Valerevich Malofeev	Ekaterina Mizulina é uma figura pública russa e presidente da Liga da Internet Segura. Nessa qualidade, aplica práticas de censura contra artistas e criadores de conteúdos para a Internet, favorecendo o Governo russo e as suas políticas. Na qualidade de presidente da Liga da Internet Segura, Ekaterina Mizulina apresenta queixas oficiais às autoridades russas responsáveis pela aplicação da lei contra criadores de conteúdos para a Internet, ou seja, bloguistas, bem como músicos, celebridades e influenciadores. Consequentemente, Ekaterina Mizulina obriga os artistas e criadores russos de conteúdos para a Internet a suprimirem conteúdos de crítica ao governo ou a criarem conteúdos a favor do Governo russo e das suas políticas. Por conseguinte, Ekaterina Mizulina é responsável por atropelos graves e sistemáticos à liberdade de opinião e de expressão, que também suscitam sérias preocupações no que respeita aos objetivos da política externa e de segurança comum enunciados no artigo 21.º do Tratado da União Europeia.	29.1.2024

	Nomes (Transliteração para o alfabeto latino)	Nomes	Elementos de identificação	Motivos para a inclusão na lista	Data de inclusão na lista
70.	Valentina Evgenievna LEVASHOVA t.c.p. Valentina Evgen'yevna LEVASHOVA	Валентина Евгеньевна ЛЕВАШОВА t.c.p. Валентина Євгеніївна ЛЕВАШОВА (grafia russa)	Função(ões): Juíza do tribunal distrital de Basmanniy, em Moscovo Data de nascimento: 14.10.1978 Nacionalidade: russa Sexo: feminino Endereço: Preobrazhenskiy Val St., 24 building 1, Flat 69, Moscow, Rússia, 107061	Valentina Levashova é juíza do tribunal distrital de Basmanniy, em Moscovo. Nessa qualidade, está envolvida em violações graves e sistemáticas dos direitos humanos contra os líderes da oposição russa. É uma representante do poder judicial que tomou decisões tendenciosas em processos com motivações políticas contra pessoas que se opuseram à invasão militar da Ucrânia, ou decisões que justificaram ações militares e outras da Federação da Rússia no território da Ucrânia, incluindo no processo contra Vladimir Kara-Murza. Vladimir Kara-Murza é um destacado ativista da oposição na Rússia. Após ter acusado o Kremlin de cometer crimes de guerra na Ucrânia e condenado publicamente a agressão russa, foi-lhe instaurado, em 2022, um processo judicial com motivações políticas, baseado em falsas alegações. Em abril de 2023, foi condenado a 25 anos de prisão num estabelecimento prisional/campo de trabalho de alta segurança. O processo judicial que lhe foi instaurado visava o seu ativismo e serviu de "julgamento de fachada" na Rússia para reprimir as vozes críticas do regime no poder que manifestam a sua oposição à guerra de agressão contra a Ucrânia. O regime russo está a utilizar o sistema judiciário do país como instrumento comum em numerosas violações graves dos direitos humanos. O sistema judiciário não é independente e é utilizado para violar sistemática e gravemente os direitos humanos das pessoas que se opõem ao regime no poder, violando a sua liberdade de opinião e de expressão. Por conseguinte, Valentina Levashova é responsável por graves violações dos direitos humanos na Rússia, nomeadamente por prisões e detenções arbitrárias.	29.1.2024

	Nomes (Transliteração para o alfabeto latino)	Nomes	Elementos de identificação	Motivos para a inclusão na lista	Data de inclusão na lista
71.	Oleg Viktorovich ALYPOV	Олег Викторович АЛЫПОВ Олег Вікторович АЛИПОВ (grafia russa)	Função(ões): Procurador interdistrital de Golovinsky, Moscovo Data de nascimento: 7.3.1981 Nacionalidade: russa Sexo: masculino	Oleg Alypov é o procurador interdistrital de Golovinsky, Moscovo. Na qualidade de procurador, está envolvido em violações graves e sistemáticas dos direitos humanos contra os líderes da oposição russa, incluindo no processo contra Vladimir Kara-Murza. Vladimir Kara-Murza é um destacado ativista da oposição na Rússia. Após ter acusado o Kremlin de cometer crimes de guerra na Ucrânia e condenado publicamente a agressão russa, foi-lhe instaurado, em 2022, um processo judicial com motivações políticas, baseado em falsas alegações. Em abril de 2023, foi condenado a 25 anos de prisão num estabelecimento prisional/campo de trabalho de alta segurança. O processo judicial que lhe foi instaurado visava o seu ativismo e serviu de "julgamento de fachada" na Rússia para reprimir as vozes críticas do regime no poder que manifestam a sua oposição à guerra de agressão contra a Ucrânia. O regime russo está a utilizar o sistema judiciário do país como instrumento comum em numerosas violações graves dos direitos humanos. O sistema judiciário não é independente e é utilizado para violar sistemática e gravemente os direitos humanos das pessoas que se opõem ao regime no poder, violando a sua liberdade de opinião e de expressão. Por conseguinte, Oleg Alypov é responsável por graves violações dos direitos humanos na Rússia, nomeadamente por prisões e detenções arbitrárias.	29.1.2024

	Nomes (Transliteração para o alfabeto latino)	Nomes	Elementos de identificação	Motivos para a inclusão na lista	Data de inclusão na lista
72.	Ludmila Mikhailovna SMOLKINA	Людмила Михайловна СМОЛКИНА Людмила Михайлівна СМОЛКІНА (grafia russa)	Função(ões): juíza do tribunal da cidade de Moscovo Data de nascimento: 6.8.1961 Nacionalidade: russa Sexo: feminino Endereço: 45 Angarskaya St., building 1, 51, Moscow, Rússia, 125412	Ludmila Smolkina é juíza no tribunal da cidade de Moscovo. Nessa qualidade, está envolvida em violações graves e sistemáticas dos direitos humanos contra os líderes da oposição russa, incluindo no processo contra Vladimir Kara-Murza. As autoridades russas recorreram a acusações penais para deter, processar judicialmente e condenar defensores dos direitos humanos, jornalistas e opositores políticos que criticaram publicamente a invasão da Ucrânia. Vladimir Kara-Murza é um destacado ativista da oposição na Rússia. Após ter acusado o Kremlin de cometer crimes de guerra na Ucrânia e condenado publicamente a agressão russa, foi-lhe instaurado, em 2022, um processo judicial com motivações políticas, baseado em falsas alegações. Em abril de 2023, foi condenado a 25 anos de prisão num estabelecimento prisional/campo de trabalho de alta segurança. O processo judicial que lhe foi instaurado visava o seu ativismo e serviu de "julgamento de fachada" na Rússia para reprimir as vozes críticas do regime no poder que manifestam a sua oposição à guerra de agressão contra a Ucrânia. O regime russo está a utilizar o sistema judiciário do país como instrumento comum em numerosas violações graves dos direitos humanos. O sistema judiciário não é independente e é utilizado para violar sistemática e gravemente os direitos humanos das pessoas que se opõem ao regime no poder, violando a sua liberdade de opinião e de expressão. Por conseguinte, Ludmila Smolkina é responsável por graves violações dos direitos humanos na Rússia, nomeadamente por prisões e detenções arbitrárias.	29.1.2024»

2) À secção «B. Pessoas coletivas, entidades e organismos», da lista das pessoas singulares e coletivas, entidades e organismos, é aditada a seguinte entrada:

	Nomes (Transliteração para o alfabeto latino)	Nomes	Elementos de identificação	Motivos para a inclusão na lista	Data de inclusão na lista
«21.	Liga da Internet Segura	Лига безопасного интернета (grafia russa)	Endereço: Usovo, flat 100, Moscow Oblast, Rússia, 143084 Telefone: +7 8 800 700-56-76 Endereço eletrónico: info@ligainternet.ru Sítio Web: https://ligainternet.ru Pessoas associadas: Ekaterina Mikhailovna Mizulina; Konstantin Valerevich Malofeev	A Liga da Internet Segura é uma organização para-governamental russa cofundada por Konstantin Malofeev, proprietário do canal de televisão Tsargrad, com o apoio do Governo russo. A Liga da Internet Segura permite ao Governo russo reforçar as práticas de censura, silenciando artistas e criadores de conteúdos para a Internet que produzam conteúdos incompatíveis com a linha oficial do Governo russo. A Liga da Internet Segura apresenta queixas oficiais às autoridades russas responsáveis pela aplicação da lei contra criadores russos de conteúdos para a Internet, ou seja, bloguistas, bem como músicos, celebridades e influenciadores. Através da ameaça de imposição de medidas punitivas ou económicas, a Liga da Internet Segura tenta forçar os artistas e criadores de conteúdos para a Internet a suprimirem conteúdos de crítica ao governo ou a criarem conteúdos a favor do Governo russo e das suas políticas. Por conseguinte, a Liga da Internet Segura é responsável por atropelos graves e sistemáticos à liberdade de opinião e de expressão, que também suscitam sérias preocupações no que respeita aos objetivos da política externa e de segurança comum enunciados no artigo 21.º do Tratado da União Europeia.	29.1.2024»